

# Ata de Reunião

Comitê de Tecnologia da Informação - CTI

Ata nº 13/2015

Data: 17/08/2015 - 16h20 às 17h40

Local: Auditório do 20º andar do Edifício-Sede



**Tribunal Regional do Trabalho  
da 2ª Região**

Secretaria de Tecnologia da Informação

**PRESENTES**

<b>Nome</b>	<b>Lotação</b>
<i>Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves</i>	
<i>Desembargadora Cândida Alves Leão</i>	
<i>Desembargador Roberto Barros da Silva</i>	
<i>Desembargador Paulo José Ribeiro Mota</i>	
<i>Márcio Nisi Gonçalves</i>	<i>Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin)</i>
<i>Ricardo Alex Serra Viana</i>	<i>Coordenadoria de Segurança, Aquisições e Pesquisa (CSAP/Setin)</i>
<i>Cláudia Sant'Anna Pinheiro</i>	<i>Coordenadoria de Atendimento (CA/Setin)</i>
<i>Cristiano Munerati</i>	<i>Coordenadoria de Administração de Recursos (CAR/Setin)</i>
<i>Oswaldo José Costa da Silva Leme</i>	<i>Coordenadoria de Desenvolvimento de Sistemas (CDS/Setin)</i>
<i>Márcio Vinícius Gimenes Milan</i>	<i>Seção de Governança de Tecnologia da Informação (SGTI/Setin)</i>
<i>Maria Inês Ebert Gatti</i>	<i>Secretaria de Gestão da Informação Institucional (SGII)</i>
<i>Bruno Motta de Andrade</i>	<i>Núcleo de Gestão Estratégica e Projetos (NGEP)</i>

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às dezesseis horas e vinte minutos, no Auditório do 20º andar do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, o Comitê de Tecnologia da Informação se reuniu sob a Presidência da Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves com a finalidade de discutir assuntos que dizem respeito à tecnologia da informação.

A Desembargadora Jucirema iniciou a reunião passando a palavra ao Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação Substituto - Setin para discussão dos seguintes assuntos:

## PAUTA PREVISTA

ID	Tópico
1.	Análise de artefatos referentes a projetos cuja documentação não esteja atualizada
2.	Adequação do planejamento de 2016 aos limites orçamentários encaminhados pelo Conselho Nacional de Justiça do Trabalho
3.	Proposta de organogramas da Setin
4.	Informações sobre o Simpósio de Governança do CSJT
5.	Avaliação da modificação na forma de funcionamento do CTI para adequação ao estabelecido no normativo vigente e às indicações do TCU no Simpósio de Governança do CSJT
6.	Relatório de Auditoria nº 10/2015 encaminhada pela Secretaria de Controle Interno
7.	Fornecimento de segundo monitor para áreas administrativas do TRT
8.	Definição de critérios para avaliação e atendimento dos pedidos de capacitação
9.	Verificação da possibilidade técnica para implementar a divulgação do inteiro teor dos contratos e aditivos de TI no portal do TRT
10.	Questionamento ao CNJ sobre dois pontos dúbios do questionário de porte dos Tribunais
11.	Análise da implantação do Sistema AD1 para decisões interlocutórias e decisões terminativas
12.	Posicionamento sobre assuntos que estavam pendentes em pautas anteriores: 1) Perfil de acesso dos magistrados pelo LDAP 2) Segunda certificação digital para magistrados 3) Adequação do sistema da Secretaria de Compras e Licitações

## ASSUNTOS DISCUTIDOS

### Assuntos Extra Pauta

O Diretor da Setin, Márcio Nisi, apresentou os integrantes da Setin, a Diretora da Coordenadoria de Atendimento, Cláudia Sant'Anna Pinheiro, e o Diretor da Coordenadoria de Administração de Recursos, Cristiano Munerati.

Apresentou também o novo Chefe da Seção de Governança de Tecnologia da Informação, Márcio Vinícius Gimenes Milan.

O Diretor Márcio explicou que o teste de gravação das reuniões do Comitê feita pelo notebook não apresentou boa qualidade, mesmo com o auxílio de microfone da videoaudiência, que possui excelente captação.

Os Desembargadores entendem que a gravação deve se limitar à função de auxiliar a elaboração da ata.

O Diretor Márcio propôs que a ata seja elaborada e enviada, por e-mail, no dia seguinte à realização da reunião, para validação dos Desembargadores.

Na Sessão seguinte, o Comitê receberá a ata impressa para assinatura.

O Desembargador Paulo Mota ressaltou que em caso de urgência de formalização do conteúdo da ata, a Setin poderá enviá-la diretamente aos Gabinetes, não sendo necessário aguardar a Sessão seguinte para colher as assinaturas.

O Comitê aprovou o procedimento, deliberando que, nesse formato, não há a necessidade da gravação.

Quanto a receber todos os documentos pertinentes aos assuntos a serem discutidos nas reuniões, o Desembargador Paulo José Ribeiro Mota acredita que não seja necessário os gabinetes imprimirem, pois os Desembargadores recebem cópia dos documentos, na reunião.

Ficou decidido que os Desembargadores vão ler os documentos recebidos por e-mail no gabinete e receber na reunião os documentos impressos levados pela Setin.

<i>Id</i>	<i>Pendências</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
<i>ep.1</i>	<i>Preparar a ata e enviar aos Desembargadores no dia seguinte, por e-mail.</i>	<i>Setin</i>	<i>Dia seguinte ao da reunião</i>

#### **. 1 Análise de artefatos referentes a projetos cuja documentação não esteja atualizada**

O Diretor Márcio fez explanações sobre os projetos elencados a seguir:

- Projeto 41 do PDTI - "Diagnosticar e modelar os processos de gerenciamento de Serviços" - TAP e PGP;
- Projeto 28 do PDTI: "Implantar Gestão de configuração de serviços de TI" - TAP e PGP;
- Projeto 42 do PDTI: "Implantar Processo de Cumprimento de Requisição" - TAP;
- Projeto 9 do PDTI: "Implantar um Dicionário de dados para sistemas" - TAP;
- Projeto 46 do PDTI: "Documentar os sistemas que suportam os processos e serviços críticos do TRT" - PGP.

O Diretor Márcio esclareceu que são projetos que ainda estão em andamento e a Setin está acompanhando o percentual de execução.

A meta é zerar o passivo de documentação, tarefa que está a cargo do Chefe da Seção de Governança de TI.

O Diretor Márcio ressaltou que a Setin enviará, ainda esta semana, a planilha com a situação atual dos projetos quanto à documentação.

O Comitê concordou.

<i>Id</i>	<i>Pendências</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
1.1	Zerar o passivo de documentação	SGTI	Sem prazo definido
1.2	Assinatura dos documentos apresentados (TAPs e PGPps)	Setin	Próxima reunião do CTI (ainda sem data definida)
1.3	Enviar a planilha com a situação dos projetos quanto à documentação	SGTI	21/08/2015

## . 2 Adequação do planejamento de 2016 aos limites orçamentários encaminhados pelo Conselho Nacional de Justiça do Trabalho

O Diretor Márcio disse que, dos itens priorizados previamente pelo CTI, foram cortados pela SCOF os itens com prioridade 1 e 2, restando contemplados apenas os com prioridade 0, que indica o que era obrigatório. O valor do orçamento aprovado para o próximo exercício, para bens e serviços de TI (despesas correntes e de capital), é de R\$ 15.872.026,66, além de R\$ 382.500,00 referentes à capacitação.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	Não há pendência.		

## . 3 Proposta de organograma da Setin

O Diretor Márcio trouxe a notícia de que houve uma reunião na Presidência com a participação da Doutora Doralice em que ficou definida a mudança da área de telefonia da Secretaria de Apoio Administrativo (SAA) para a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin).

Está sendo tratada a operacionalidade da mudança citada. Parte das atividades, como a gestão dos equipamentos de PABX, obrigatoriamente serão integradas à Setin. Outras, como a gestão das atendentes de telefonia, devem permanecer vinculadas à Secretaria de Apoio Administrativo, pois não tem relação com Tecnologia de Informação.

A Setin está promovendo tratativas com a Secretaria de Apoio Administrativo para verificar como conduzir a mudança das outras atividades, como a gestão da telefonia fixa.

Dependendo do que realmente vier a ser alocado na TI, pode ser necessário um ajuste no quantitativo de servidores que devem atuar na área de telecomunicações, bem como na nova estrutura proposta.

O Diretor Márcio Nisi ponderou que, com a alteração, deve ser analisada a revisão da nomenclatura proposta para a Secretaria.

A Diretora Maria Inês disse que seria publicada a nova estrutura da Secretaria Geral da Presidência, a qual a Setin se subordina, sendo necessário definir a nomenclatura da Secretaria.

O Diretor Márcio esclareceu que, em outros tribunais, a nomenclatura utilizada é SETIC, em vez de Setin, sendo que o C se refere à palavra Comunicação. Foi aprovada a citada denominação.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	<i>Não há pendência.</i>		

**. 4 Informações sobre o Simpósio de Governança do CSJT**

O Diretor Márcio disse que no Simpósio de Governança de TI, do qual participou o Diretor Ricardo Viana, foi abordado que os próximos questionários do TCU passarão a ser baseados no COBIT 5, que traz mais maturidade para as questões de TI.

O Diretor Ricardo Viana ressaltou que foram positivas as palestras e que, em um panorama geral, há a percepção de que o TRT da 2ª Região não está atrasado com relação aos demais órgãos, sendo citado apenas que em algumas questões o início das ações ocorreu recentemente, sendo necessário um tempo de maturação.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	<i>Não há pendência.</i>		

**. 5 Avaliação da modificação na forma de funcionamento do CTI para adequação ao estabelecido no normativo vigente e às indicações do TCU no Simpósio de Governança do CSJT**

O Diretor Márcio trouxe à discussão a forma de funcionamento do CTI de acordo com o normativo vigente.

Reportou que no Simpósio citado no item 4 da Ata, foi debatido sobre o quesito de que a Governança de TI não é responsabilidade da Setin, e sim da Alta Administração. Que as TIs fazem parte do processo de governança, mas que a gestão e as decisões devem sempre ser da Alta Administração.

A Diretora Maria Inês esclareceu que a sugestão apresentada pela Setin indica que os assuntos deliberados pelo CTI devem ser submetidos à Presidência do TRT.

A Desembargadora Jucirema perguntou como a questão é tratada atualmente, questionou se a Presidente fica a par do que o CTI decide.

O Diretor Márcio disse que os assuntos mais importantes são levados ao conhecimento da presidência, mas essa comunicação é feita de modo informal.

Exceção é feita para os casos em que é necessária a instituição de uma norma, casos esses em que existe a formalização em virtude de ser a Presidente a responsável por essa atribuição.

Foi deliberado que a Setin irá comunicar a Presidência por meio de Ofício todas as deliberações realizadas pelo Comitê, assim que assinadas as Atas.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
5.1.	<i>Encaminhar à Presidência as deliberações realizadas pelo Comitê</i>	<i>Setin</i>	<i>Assim que assinadas as Atas</i>

**. 6 Relatório de Auditoria nº 10/2015 encaminhada pela Secretaria de Controle Interno**

O Diretor Márcio disse que internamente a Setin já deu encaminhamento às demandas apresentadas pela auditoria e se comprometeu a trazer na próxima reunião a resposta sobre as ações já tomadas.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
6.1	<i>Relato das ações já tomadas em relação às demandas apresentadas pela Secretaria de Controle Interno no Relatório de Auditoria nº 10/2015</i>	<i>Setin</i>	<i>Próxima reunião do CTI (ainda sem data definida)</i>

**. 7 Fornecimento de segundo monitor para áreas administrativas do TRT**

Des. Jucirema opinou, preliminarmente, pelo fornecimento somente de monitores sem garantia para essa finalidade.

O Diretor Márcio explicou que o CSJT já não compra microcomputadores com um monitor, apenas com dois.

O Diretor Márcio consultou sobre viabilidade de fazer a licitação no formato atual, com dois lotes sendo um deles de um computador com um monitor e outro lote apenas com monitor adicional (hoje o fornecimento desse segundo lote é feito apenas para as unidades judiciárias ou quando há autorização específica para o fornecimento).

A Diretora da Secretaria de Gestão da Informação Institucional, Maria Inês, explicou a necessidade de dois monitores também em áreas administrativas, indicando que o uso do segundo monitor facilitaria sobremaneira o trabalho.

A Diretora Maria Inês explicou, ainda, que a utilização de equipamentos sem garantia implicará nota mais baixa nos Questionários de Compliance.

O Desembargador Paulo Mota acredita que, se o custo é baixo, o fornecimento poderia ser feito.

A Desembargadora Jucirema entende que é possível fornecer monitores oriundos da troca dos equipamentos, pois está havendo corte no orçamento, não sendo justificável abrir licitação para comprar itens desnecessários.

A Diretora Maria Inês lembrou que, para esse tipo de aquisição, há repasse orçamentário por parte do CSJT.

A Desembargadora Jucirema reforçou a ideia de que é delicado para o Comitê ficar autorizando novas compras num momento em que está havendo corte orçamentário.

Questionado sobre o quantitativo de quebras desse tipo de equipamento, o Diretor Márcio esclareceu que, durante os quatro anos de uso há um percentual de quebras que pode ser apurado, entretanto após o final da garantia, o equipamento pode apresentar mais problemas, sendo que não há estatística para esse caso pois atualmente os equipamentos são retirados de uso.

O Diretor Márcio disse que a gestão de um fornecimento adicional para a área administrativa, que se concentra no Edifício Millenium, é mais simples já que todas as unidades estão no mesmo prédio, o que facilita a gestão dos equipamentos pela Setin.

O Comitê definiu pelo fornecimento de monitor sem garantia para a Área Administrativa.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
7.1	Fornecer monitor sem garantia para as áreas solicitantes.	CA/Setin	

### . 8 Definição de critérios para avaliação e atendimento dos pedidos de capacitação

O Diretor da Setin explicou que há uma demanda de elaboração de critérios para avaliação de pedidos de capacitação de servidores. Esta demanda foi solicitada pelo CTI.

O Plano Anual de Capacitação foi assunto tratado em reunião entre a Setin e a Ejud. A servidora Ana Helena (Ejud) avaliou e aprovou minuta - preparada pelo Diretor Márcio - de documento que será apresentado para a Desembargadora Leila Chevtchuk, Diretora da Ejud, solicitando apenas a indicação do tempo de execução do plano.

O Diretor Márcio esclareceu que apenas quatro das competências elencadas no Plano são exclusivas da TI e já há orçamento aprovado para essas contratações.

As outras 18 não são exclusivas da TI, o que permite que a Ejud execute esse plano também para outras áreas do TRT.

O Diretor Márcio consultou o Comitê sobre haver interesse em possibilitar ao próprio servidor a solicitação de cursos de seu interesse, pois entende que o Plano de Capacitação já contempla todas as disciplinas e necessidades de cada área.

O Diretor Márcio explicou que, atualmente, as solicitações de capacitação respeitam a estrutura organizacional, sendo que os chefes que determinam quais os cursos que o servidor deve fazer.

O Desembargador Paulo Mota entende que o servidor deve primeiramente realizar o curso que foi indicado no Plano, pois não acha que deve ser direcionado recurso do TRT para cursos que não sejam necessários para a atuação do servidor no Tribunal.

A Diretora Maria Inês esclareceu que o Plano Anual de Capacitação está estabelecido como meta para a Setin.

A Desembargadora Jucirema entende que, prioritariamente, deve ser feito o curso na Ejud. Caso não exista na grade da Ejud, então pode-se partir para a contratação.

Foi deliberado que deverão ser elaborados critérios para avaliação, indicando que prioritariamente deverão ser respeitados o Plano de Capacitação, o interesse e conveniência para a Administração, a existência do curso na grade da Ejud e, finalmente, a existência de recursos orçamentários.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
8.1	Elaborar critérios para avaliação das solicitações de cursos pelos Servidores.	Setin	Próxima reunião do CTI (ainda sem data definida)

**. 9 Verificar possibilidade técnica para implementar a divulgação do inteiro teor dos contratos e aditivos de TI no portal do TRT**

O Diretor Márcio explicou que é demanda oriunda do questionário de Governança, a publicação do inteiro teor dos contratos, pois atualmente não é feita publicação, sendo publicado apenas o extrato.

Havia uma pendência de a Setin verificar se existia algum óbice para essa publicação, Márcio esclareceu que não há.

O Desembargador Paulo Mota perguntou se no COBIT estava prevista a publicação dos contratos, sendo informado que ele não adentra até essa especificidade.

A Desembargadora Jucirema entende que só se deve publicar se houver obrigatoriedade legal.

Se for verificado que há determinação legal para a publicação, o Comitê aprova de antemão.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
9.1	Verificar se há obrigatoriedade legal da publicação do inteiro teor dos contratos	Setin	

**. 10 Questionamento ao CNJ sobre 2 pontos dúbios do questionário de porte dos Tribunais**

Questionamento do CNJ – Des. Jucirema entende que, diante da falta de objetividade da resposta apresentada, o assunto não deve prosseguir.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
	Não há pendência.		

**. 11 Análise da implantação do Sistema AD1 para decisões interlocutórias e decisões terminativas**

O Diretor Oswaldo Leme trouxe o resultado de uma análise prévia que indica que o esforço para implantar o Sistema AD1 para decisões interlocutórias e decisões terminativas, com a automatização da publicação das notificações no Diário Oficial, será de médio para alto.

O Diretor Márcio, como apresentado anteriormente, disse que a demanda de fazer a assinatura e publicar na intranet é simples. Por outro lado, a tarefa de publicar no Diário Oficial e gerar tramitação é mais complexa.

O Desembargador Paulo Mota disse que concordava com a implantação, desde que o esforço fosse mínimo. Qualquer esforço mais complexo não se justificaria, tendo em vista o Pje.

A Diretora Maria Inês opinou a favor da não implantação, tendo em vista a implantação total do PJe no segundo grau.

Considerando o esforço e a transitoriedade desse trabalho, o esforço para integrar a tarefa com o Diário Oficial e gerar tramitação automaticamente não se justifica.

A Desembargadora Jucirema pediu que fosse consultada a ata anterior para checar o que havia ficado decidido.

O Diretor Ricardo Viana consultou a Ata nº 10 do CTI e a leu para o Comitê o trecho em que o assunto foi discutido, tendo o Comitê deliberado pela forma mais simples proposta.

<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
11.1	<i>Providenciar um simples publicador sem divulgação no Diário Oficial.</i>	<i>CDS/Setin</i>	

## . 12 Posicionamento sobre assuntos que estavam pendentes em pautas anteriores

### 1) Perfil de acesso dos magistrados pelo LDAP

O Desembargador Paulo Mota sugeriu que fosse divulgado por e-mail diretamente para os magistrados que, diante das reclamações recebidas para acessar a internet, foram feitas mudanças no modo de acesso.

Após discutida a questão, ficou decidido que a divulgação será feita por meio de notícia, cuja publicação na intranet ficará a cargo da Secretaria de Comunicação.

### 2) Segunda certificação digital para magistrados

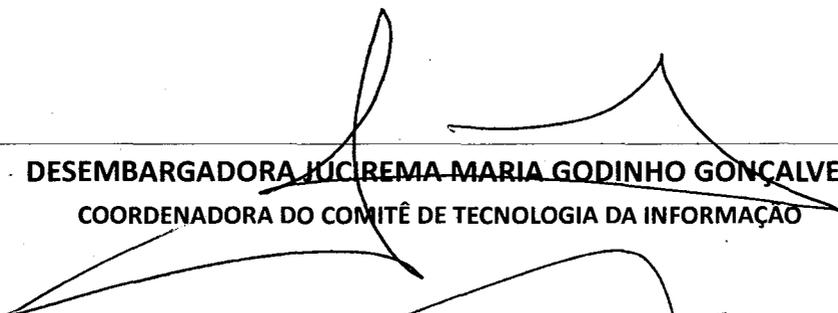
A Diretora Maria Inês informou que todos os gabinetes receberam comunicação sobre a necessidade de dupla certificação e informou que no dia seguinte teria início um plantão da empresa no Edifício Sede.

### 3) Adequação do sistema da SCL

O Diretor Márcio informou que a greve dos servidores de TI fez com que houvesse um atraso e, portanto, o prazo foi dilatado e passou para 20 de outubro de 2015.

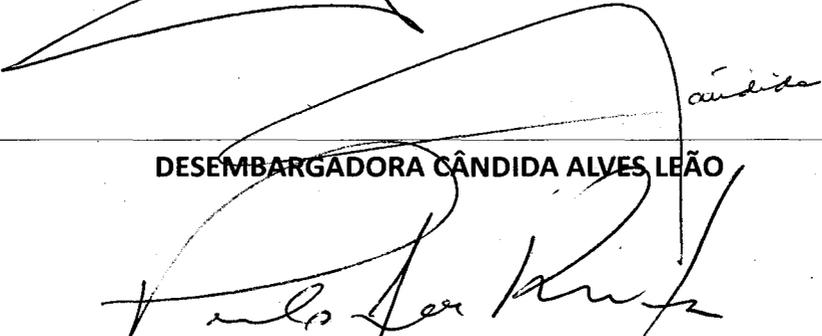
<i>Id</i>	<i>Pendência</i>	<i>Responsável</i>	<i>Prazo</i>
12.1	<i>Preparar notícia de divulgação sobre o modo de acesso à internet pelos magistrados.</i>	<i>Setin</i>	

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pela Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves e, para constar, a presente ata foi lavrada por mim, Cláudia Alexandrino Clemente de Souza.



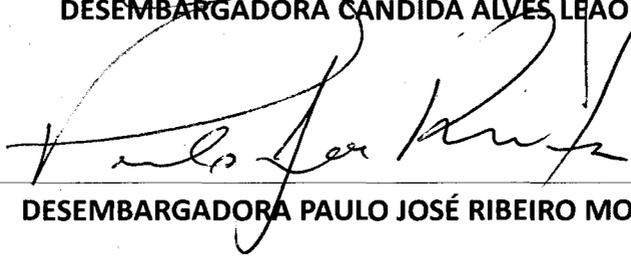
---

**DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES**  
COORDENADORA DO COMITÊ DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



---

**DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO**



---

**DESEMBARGADORA PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA**



---

**DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DA SILVA**

